

# INDÚSTRIA E PENSAMENTO INDUSTRIAL NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Eujacio Roberto Silveira<sup>1</sup>

O objetivo desse artigo é abordar alguns aspectos do início da industrialização no Brasil e do pensamento industrial, sobretudo nas duas primeiras décadas do século XX, em especial no estado de São Paulo. Um dos temas mais recorrentes nesse período refere-se às origens do desenvolvimento industrial brasileiro. As atividades fabris em São Paulo cresceram com o processo de urbanização da capital e de outras cidades do estado, com a instalação de redes ferroviárias, iluminação elétrica, transporte público etc. A industrialização em São Paulo teve um forte impulso entre 1907 e 1920, período em que foi registrado um formidável crescimento das atividades fabris no Brasil. De acordo com o Censo Industrial, foram criados no período 10.078 novos estabelecimentos industriais, dos quais 41% em São Paulo.

No decorrer desse processo de ampliação da capacidade produtiva da indústria, era necessário elaborar um pensamento que justificasse o caráter fundamental da industrialização como ideal de progresso social e econômico. Além de apontar o desenvolvimento das atividades fabris como fator associado à própria “redenção da Nação”, como defendeu Simonsen.

A conveniência de entidades de representação empresarial também se mostrou essencial na elaboração de um discurso em conformidade com a atuação do empresariado fabril em relação ao Estado e o operariado. Em suma, o artigo aborda alguns aspectos do debate historiográfico realizado acerca deste tema, mostrando as diversas linhas de análise que nortearam esse debate.

## **Alguns aspectos da industrialização no Brasil**

A transformação econômica que São Paulo experimentou nos primeiros trinta anos do século XX revela as oportunidades abertas às suas elites dominantes de fomentar e atrair negócios no processo de reprodução ampliada do capital e das possibilidades históricas e sociais criadas pela acumulação. Assim, a prosperidade das atividades industriais dependia do desenvolvimento das iniciativas do setor primário e a manutenção da divisão internacional capitalista do trabalho mostrou-se um elemento determinante. Em última análise, ela ocorreu em sintonia com a própria evolução econômica do país.

Prevaleceram, desse modo, as regras de inserção do Brasil no mercado mundial como fornecedor de artigos tropicais. Logo, os parâmetros de decisões que norteavam as linhas gerais da economia vigente obedeceram a matrizes de decisões hegemônicas apoiadas em grupos majoritários de estreitas ligações com as oligarquias estaduais<sup>2</sup>. Além disso, eles estavam pouco inclinados ao reconhecimento específico do conteúdo prático contido nas ideias dos apologistas da industrialização<sup>3</sup>, embora tivessem tido, em alguns momentos, posições relativamente favoráveis ao reconhecimento dos esforços industrialistas em reivindicar taxas de câmbio mais favoráveis ao fomento da atividade industrial.

Apesar de apontar um formidável crescimento da atividade industrial nas primeiras décadas do século XX, a industrialização não conseguiu reunir forças suficientes para alterar as estruturas socioeconômicas do país na medida em que a abolição da escravidão e a Proclamação da República não foram suficientes para impor mudanças mais profundas no papel econômico do Brasil na divisão mundial do trabalho. Isso porque os grupos que controlavam o aparelho de Estado não partilhavam do ideário defendido pelos industrialistas que, apoiados na adoção de uma estrutura estimuladora para o incremento da indústria, aspiravam o desenvolvimento econômico do país.

O líder empresarial Roberto Simonsen considerava a industrialização como um resultado das dificuldades no setor externo da economia, isto é, em decorrência de guerras, de crises internacionais, de problemas nas exportações etc., de modo que a importação tornou-se invariavelmente mais difícil, para não dizer impossível, compelindo uma política voltada à sua substituição. Essa visão ficou conhecida como *teoria dos choques adversos*, reforçada na década de 1950 graças aos esforços da disseminação das ideias da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL). Resguardava-se a ideia de que a industrialização dos países periféricos avançava quando havia crises internacionais que causavam desajustes à ordem econômica vigente, permitindo alinhamentos internos em direção ao desenvolvimento industrial. Na concepção cepalina, a mudança para um novo padrão de crescimento, voltado ao mercado interno, só se realiza em épocas de crise como aquela gerada pela Primeira Guerra Mundial, quando os laços de dependência da periferia com os centros econômicos metropolitanos se fragilizavam.

Nos anos 1970, o historiador americano Warren Dean defendeu a ideia de que a industrialização fora resultado direto da expansão do setor exportador brasileiro, com destaque para o estado de São Paulo. Conforme Dean, ao contrário do ponto de vista sustentado pela Cepal, a Primeira Guerra Mundial, ao invés de estimular o desenvolvimento industrial, acabou interrompendo-o. Assinalou que a depressão econômica dos anos de 1930, que provocou grave crise no comércio do café, teve um efeito negativo para as indústrias de São Paulo. Sua convicção era de que estavam no comércio do café os alicerces da industrialização paulista, pois, graças ao café, foi possível formar um mercado para os produtos industrializados, integrado por meio das vias férreas<sup>4</sup>.

Além disso, ele criou um sistema para a distribuição desses produtos e aumentou a oferta da mão de obra por meio da imigração. Nessa mesma direção, em maior ou menor grau, também foram os trabalhos de Caio Prado Júnior, Carlos Manuel Palães, entre outros, que tiveram o mérito de explicar o crescimento industrial observado durante as fases de expansão das exportações, o que não foi possível pela teoria dos choques adversos.

Outra vertente de crítica à teoria dos choques adversos foi a tese inspirada no *capitalismo tardio*, que procurou mostrar que a lógica da acumulação do capital era fundamental para a compreensão do fenômeno de industrialização do Brasil. Assim, o crescimento seria o resultado da acumulação de capital no setor agrícola exportador que começara a adquirir um perfil capitalista no final do século XIX. Por volta de 1880, o capital cafeeiro estava em franca expansão graças ao emprego da máquina de beneficiar café e à construção de um sistema ferroviário. E mais, o país entrava no processo de transição para o trabalho assalariado, uma das características do modo

de produção capitalista. Pela ótica do capitalismo tardio, defendida por João Manuel Cardoso de Mello e Sérgio Silva, essa economia foi capaz de produzir as condições necessárias para o surgimento do capital industrial: 1) acumulação prévia de capital para investimento no setor; 2) criação de um mercado interno capaz de consumir os produtos industrializados; 3) formação de um mercado de trabalho livre. Para esses autores, o setor industrial é concebido como apêndice do *complexo exportador de café*.

Diferentemente daqueles que se alinharam às proposições de Dean, há quem veja a relação entre esses dois setores de forma não linear. Caso haja uma extrema queda ou diminuição no setor de exportação, a crise não se refletirá em longo prazo no setor industrial, tendo em vista sua recuperação por intermédio do aumento de proteção ao mercado interno resultante da capacidade de importar. Por sua vez, pela ótica do capitalismo tardio, o capital industrial desenvolveu uma relação contraditória com o cafeeiro. Pois, embora a expansão do primeiro incentive a acumulação do segundo, o capital industrial não se coaduna com as características mercantis do capital cafeeiro que, todavia, se subordina ao capital internacional. Daí a contradição ser dupla, ou seja, dentro da divisão internacional do trabalho, não competia ao Brasil impulsionar o capital industrial, gerando, assim, um desenvolvimento industrial necessariamente limitado.

Por outro lado, o pensamento industrial marcado pela defesa da indústria sempre esteve na vanguarda do estímulo de políticas de Estado em defesa da proteção alfandegária como um dos recursos de maior importância para impulsionar a industrialização do país, assim como a crítica do grau de dependência do Brasil ao mercado externo. Contudo, o pensamento industrial brasileiro não comportou grandes elaborações teóricas, assumiu sobretudo um caráter de ação pragmática, que nem por isso deixa de constituir uma herança ideológica.

No Brasil, a necessidade de uma motivação da indústria começou a ser defendida, ainda nas primeiras décadas do século XIX, por meio da atuação da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e pelo próprio governo imperial. As primeiras manifestações em favor da indústria datam da época de sua fundação, 19 de outubro de 1827. Em seu primeiro pronunciamento, o Secretário Inácio Álvares Pinto de Almeida define seu objetivo, que é essencialmente “cooperar para a felicidade nacional”. Para tanto, está “convencido de que nenhum País floresce, e se felicita sem indústria; por ser ela o móvel principal da prosperidade e da riqueza, tanto pública, quanto particular de uma nação culta e realmente independente”<sup>5</sup>.

Essa manifestação não deixa de ser paradoxal em se tratando de uma sociedade escravocrata, no contexto histórico vigente. Ele era marcado pelo início do processo de autonomia do Brasil, país em que os escravos consti-

tuíam o grosso da população e os homens livres, sua minoria. Lugar em que as novas instituições políticas e culturais começavam a tomar forma, e o mais significativo, eram tempos de graves definições políticas, que se traduziam em lutas intestinais de facções que culminaram com a queda de D. Pedro I e o início do complexo e conturbado período da Regência<sup>6</sup>.

No longo caminho percorrido pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, seu principal marco de defesa se voltava para a agricultura<sup>7</sup>. É por isso que, em 1881, Antônio Felício dos Santos funda a Associação Industrial, com claros objetivos de defesa da indústria nacional. A primeira manifestação em defesa da atividade industrial realizada pela Sociedade Auxiliadora, em 1837, teve na pessoa de Raimundo José da C. Matos, ainda que marginalmente, um foco bem claro, o de exportar artigos manufaturados e acumular capitais.<sup>8</sup>

A atuação da Sociedade na segunda metade do século XIX ficou marcada pela defesa de inúmeros temas importantes para o incentivo das atividades industriais, mas o de maior relevância foi o das tarifas alfandegárias: 1844, 1879 e 1897. Os tempos eram outros e os problemas relacionados à indústria se tornaram mais dinâmicos e de maior complexidade. Em 1904 a Sociedade Auxiliadora se funde com o Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão, o que resultou na fundação do Centro Industrial do Brasil na capital federal.

O grosso dos preceitos de fundação do Centro Industrial do Brasil tinha por finalidade promover o desenvolvimento dos diversos ramos da indústria nacional. Nessa época o Brasil já contabilizava 2.907 estabelecimentos industriais, que iam desde oficinas de três a 16 operários, como os ramos de foles, gelo, formas para calçado, instrumentos musicais, maisena, manteiga e queijos e massas alimentícias, até as grandes tecelagens que reuniam centenas de operários, aliás, um dos ramos industriais mais antigos do Brasil. No ramo têxtil, a média era de 285 operários nas de fiação e tecelagem de algodão, 349 nas de juta, 130 nas de lã, 200 nas de aramina, 80 nas de linho, e nas de seda empregava, em média, 49 operários<sup>9</sup>.

Em 1889, ano da proclamação da República, existiam pouco mais de 600 estabelecimentos industriais no Brasil, saltando para 3.258 em 1907. Isso representava um crescimento na ordem de 450% e um capital na casa dos 665 milhões de contos de réis, empregando um contingente de 151.841 operários. No recenseamento industrial de 1920, os números apontam 13.336 unidades fabris no Brasil, em sua grande maioria firmas de propriedade brasileira. Todavia, as exceções não devem ser subestimadas, pois figuravam entre as maiores, mais rentáveis e antigas dos primeiros empreendimentos industriais do país, principalmente do setor têxtil e de alimentação.

O estado de São Paulo, em 1907, somava 314 estabelecimentos industriais com um capital estimado em 118:346:000\$ (cento e dezoito contos e

trezentos e quarenta e seis mil réis ouro), correspondendo a um número de operários de 22.355 trabalhadores em atividade. No tocante ao valor da produção industrial, no mesmo período, as indústrias paulistas atingiram a casa dos 110:754:000\$ contos de réis ouro<sup>10</sup>.

Entre 1907 e 1920, registra-se um forte crescimento das atividades industriais no Brasil com 10.078 novos estabelecimentos, porém, cabe uma ressalva: alguns autores, como José de Souza Martins e Wilson Suzigan, veem o censo industrial de 1907 e até o de 1920 com alguma desconfiança, argumentando que o crescimento industrial apontado entre os dois censos é falho para uma estimativa mais completa do crescimento industrial. Todavia, tais argumentos não invalidam a constatação da linha ascendente que registrou a atividade fabril, entre 1903 e 1914, mais consensual para alguns pesquisadores da área econômica e sociológica<sup>11</sup>.

Esses dados registram o estado de São Paulo com 4.145 estabelecimentos industriais inscritos em 1920, com um montante de capital investido da ordem de 537:817:439.000\$ contos de réis ouro. Enquanto isso, o número de operários, nesse mesmo período, saltava para 83.998 trabalhadores em atividade, gerando um acréscimo de 61.643 novos operários em relação a 1907, representando, portanto, um aumento da mão de obra empregada de 275%. O valor da sua produção industrial aumentou para a casa dos 986:110:256.000\$ contos de réis ouro contra 110:754:391 em 1907. São perceptíveis, já na década de 1910, as oportunidades abertas para o empreendedorismo empresarial que irá transformar São Paulo, décadas mais tarde, num dinâmico pólo industrial abrangendo inúmeros ramos da produção industrial.

Para que possamos mensurar os resultados do crescimento da produção fabril de São Paulo nesse curto período, fizemos uma comparação com a soma dos resultados produtivos obtidos, nessa mesma época, pelas indústrias do Distrito Federal e Rio de Janeiro. Constatamos que a dinâmica desse crescimento já vinha sendo notada desde 1907, quando a atividade produtiva fluminense atingia o valor de 850:437:169\$000, e a produção paulista chegava aos 986:110:256\$000, abrindo uma diferença de 16% a mais em relação àqueles resultados apresentados pela economia do estado do Rio de Janeiro e da Capital Federal. Contudo, o capital empregado na indústria fluminense ainda era superior: 284:648:871\$ contra 129:750:889\$ da indústria paulista<sup>12</sup>. Por sua vez, conforme Wilson Cano, A expansão industrial em São Paulo, ocorrida, em sua maior parte, entre 1907-1919, período posterior àquele em que é implantada nas regiões do Rio de Janeiro/Guanabara, “permitiu que a indústria paulista certamente operasse a níveis melhores de eficiência do que a sua congênere naquela região”<sup>13</sup>.

Essa concentração da indústria em São Paulo pode encontrar um viés de explicação pelo número de circunstâncias favoráveis que aí se reuniam. A

principal delas é o progresso geral do estado, motivado pelo desenvolvimento de sua cafeicultura, o que lhe proporcionou riqueza e aumento demográfico. O movimento contínuo de imigrantes para o estado de São Paulo concorrerá com a habilitação técnica do trabalhador europeu, muito superior ao nacional recém-egresso da escravidão ou situação similar<sup>14</sup>. Estima-se que tenham entrado no estado de São Paulo, pelo Porto de Santos, entre 1870 e 1919, cerca de um milhão, setecentos e quarenta imigrantes. Sendo que, para os três maiores grupos, temos 858.776 de origem italiana, 380.496 de origem espanhola e 273.063 de origem portuguesa. Os demais, alemães, austríacos, japoneses e outros somaram 228.901 pessoas que entraram no país<sup>15</sup>. Outra questão de fundamental importância foi a construção de estradas de ferro em São Paulo, um dos símbolos da Revolução Industrial inglesa do século XIX, ligando zonas produtoras do interior do estado ao litoral, transportando, além do café, algodão, açúcar, sal, couros, aguardente, fumo, cereais, entre outros. Além disso, transportava passageiros, mercadorias e também animais, caracterizando-se, assim, como um meio de transporte genuinamente moderno, ampliando e unificando os mercados. “A economia industrial, nos seus primórdios, descobriu – graças em grande parte à pressão da busca de lucro da acumulação do capital – o que Marx chamou de sua ‘suprema realização’: a estrada de ferro”<sup>16</sup>. As invenções da estrada de ferro, do vapor e do telégrafo, trouxeram importantes suportes aos meios de produção, na medida em que a economia capitalista se ampliava com o aumento das transações comerciais, na qual o mundo inteiro tornar-se-ia o que Eric Hobsbawm chamou de “criação de um único mundo expandido”<sup>17</sup>.

Em dados de 1914, foi constatado um crescimento contínuo desse meio de transporte no estado: em 1880 havia 1.176 km de vias férreas, em 1900 chegaram a 3.373 km em 1914, primeiro e atingem a marca de 6.137 km no primeiro ano da guerra, 1914<sup>18</sup>. O que possibilitou o encurtamento das distantes regiões produtoras do estado até a cidade de Santos, por onde se exportavam esses produtos para os mercados europeus e norte-americanos. E, por último, a abundância da energia hidráulica, que contou com forte investimento de capitais externos.

Em 1920, esse potencial deu um salto que indica, de um lado, o rápido processo de urbanização vivido pela cidade de São Paulo, e, do outro, um crescente aumento da sua atividade industrial, quando a força motriz atinge 100.216 HP<sup>19</sup>. Por sua vez, a indústria foi substituindo o oneroso consumo do carvão importado pela acessível e barata energia elétrica, sobretudo na capital do estado.

Os investimentos do capital internacional na geração de energia elétrica eram de fácil recuperação, na medida em que abrangiam outros serviços, como o de transporte de passageiros, por meio da implantação, na cidade de

São Paulo, do bonde elétrico. Serviço também operado por meio de concessão pública pela Light and Power Company Ltd<sup>20</sup>. Os bondes elétricos da Light, além de terem se transformado na mais importante fonte de lucro da empresa nos primeiros anos de sua atividade na cidade de São Paulo, foram, desde o início do século XX, fatores decisivos para a reordenação espacial da contínua expansão da cidade. Foram, também, fundamentais na incorporação e valorização de novas áreas urbanas e na crescente especulação imobiliária<sup>21</sup>.

A Light, assim como as demais empresas estrangeiras, procurava atuar em vários segmentos da economia do país. Em seu conjunto, suas atividades propiciavam vantagens manifestas, a médio e longo prazo, em condições de lucros excepcionais. Além disso, a constituição de monopólios para exploração de atividades econômicas era uma questão estratégica para essas empresas. Via de regra, o crescimento industrial brasileiro permaneceu vinculado às condições impostas pelo jogo de dependência de suas exportações controladas pelo capital internacional<sup>22</sup>.

A industrialização não apareceu como um “movimento novo” que pôs em causa no longo prazo um modo de produção pré-capitalista, mas como uma transferência das bases técnicas da relação do capitalismo dependente com o capitalismo dominante, transferência perfeitamente assimilável no sistema e que reproduziu a própria relação de dependência. Ora, o desenvolvimento industrial pode ser possível mesmo no quadro de uma relação com a metrópole, entretanto, o que não pode deixar de ser ressaltado são os limites de um desenvolvimento industrial que parta dessas bases<sup>23</sup>.

A prosperidade das atividades industriais dependia do desenvolvimento das iniciativas do setor primário e a manutenção da divisão internacional capitalista do trabalho mostrou-se um elemento determinante. Em última análise, em sintonia com a própria evolução econômica do país.

Prevaleceram, desse modo, as regras de inserção do Brasil no mercado mundial como fornecedor de artigos dos trópicos. Assim, os parâmetros de decisões que orientavam os planos gerais da economia vigente seguiam matrizes de decisões hegemônicas apoiadas em grupos majoritários com estreitas ligações com os oligarcas estaduais. Além disso, estavam pouco interessados no reconhecimento específico do conteúdo prático contido nas ideias dos apologistas da industrialização<sup>24</sup>, embora tivessem tido, em alguns momentos, posições relativamente favoráveis ao reconhecimento dos esforços industrialistas em reivindicar taxas de câmbio mais convenientes ao fomento industrial.

Apesar de apontar um formidável crescimento da atividade industrial nas primeiras décadas do século XX, a industrialização não conseguiu reunir forças suficientes para alterar as estruturas socioeconômicas do país. Os grupos que controlavam o aparelho de Estado não partilhavam do ideário defendido

pelos industrialistas que visavam, apoiados na adoção de uma estrutura estimuladora para o incremento da indústria, o desenvolvimento econômico, ideologia defendida nos segmentos da indústria. Rui Barbosa, Ministro da Fazenda do primeiro governo republicano, via no desenvolvimento industrial a única possibilidade de reformar as bases do poder no Brasil e consolidar um novo regime contra os “posseiros do poder”. Nesse momento, mais que uma mera questão econômica, a industrialização era para o Estado uma questão política: “A república só se consolidará, entre nós, sobre alicerces seguros, quando suas funções se afirmarem na democracia do trabalho industrial, peça necessária no mecanismo do regime, que lhe trará o equilíbrio conveniente”<sup>25</sup>.

## Pensamento industrial

O empresário Roberto Simonsen, na luta em defesa da industrialização no Brasil e como representante dela, defendeu uma posição de equilíbrio entre o setor agrário e o industrial. Em 1928, em discurso que traçou a orientação a ser seguida pelo Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), que fundava nessa ocasião, observou que:

Se é certo que a estrutura econômica do Brasil deve repousar na cultura da terra, não é menos certo que, no estágio atual da civilização, a independência econômica de uma grande nação, seu prestígio e sua atuação política como povo independente no concerto das nações só podem ser tomadas na consideração devida, possuindo este país um parque industrial eficiente, na altura do seu desenvolvimento agrícola<sup>26</sup>.

Conforme Nícia Vilela Luz (1975), os representantes da indústria apresentavam os clássicos argumentos de inspiração nacionalista, ou seja, defesa do trabalho nacional e da independência econômica do país. É possível distinguir no movimento a favor da industrialização do Brasil, durante a primeira República, três momentos distintos: 1) a do industrialismo da primeira década republicana, cuja vigência seria posta em questionamento direto por setores políticos identificados com a cafeicultura, principalmente a partir de 1898 (com a queda do preço do café e a grave crise financeira que enfrentava o país, a ofensiva protecionista do começo do século não alcançaria o ano de 1907); 2) com o abandono do projeto *cambial* do deputado federal João Luis Alves (eminente jurista da República), que reunia uma série de medidas protecionistas em prol do emergente setor industrial; 3) e, finalmente, a fase de consolidação em que a indústria, já contando com uma defesa mais ampla na cena política republicana, vai defender suas conquistas contra esses adversários que

a acusavam de ser responsável pelo crescente custo de vida que o país sofria, tornando a luta ideológica entre os oligarcas e industrialistas mais saliente<sup>27</sup>.

Apesar de o setor industrial tentar constituir os fundamentos de uma ideologia apoiada na defesa dos interesses nacionais e da prosperidade social, na qualidade de exportador de gêneros agrícolas, o Brasil se filia à ordem do capitalismo mundial como parte articulada deste, não havendo, todavia, margens de manobra para aquisição de abundantes excedentes de capitais no setor industrial. Sendo assim, as contradições da exploração do capitalismo adquirem um caráter muito mais intenso e extremo, pois, entre outros efeitos presentes estão a deficiência e a lentidão da acumulação capitalista brasileira. O maior exemplo das limitações da economia brasileira se observa no papel econômico que o imperialismo<sup>28</sup> representava no sentido de manter a economia brasileira na condição dependente de fornecedora de gêneros primários ao comércio internacional<sup>29</sup>.

Contudo, a criação do Centro Industrial Brasileiro (CIB) em 1904 possibilitou um efetivo avanço nas posições do empresariado industrial, pois, ainda em formação, pela primeira vez começou a defender suas reivindicações de forma mais coerente. Com o surgimento de uma primeira geração de empresários ligados à indústria, portadores de um discurso unificado em defesa do industrialismo, Edgar Carone mostra que suas formulações se limitavam a certo ‘pragmatismo’ que mais se ajustavam aos problemas momentâneos e concretos que surgiam na luta pela industrialização. Dessa primeira geração, formada no interior de organismos com sede ainda no Rio de Janeiro, figuram: Serzedelo Correia, Amaro Cavalcanti, Jorge Street, Vasco Cunha, Leite e Oiticica, Américo Werneck, Vieira Souto, entre outros<sup>30</sup>.

Todavia, há um intenso debate que envolve essa primeira geração com claros propósitos de proteção do mercado nacional contra a “concorrência desleal” dos produtos importados<sup>31</sup>. O industrial Jorge Street expressou com veemência essa posição quando atacou a política de câmbio livre e a do livre comércio, e, como representante do Centro Industrial do Brasil, ao tratar do sistema livre-cambista adotado no Brasil sustentou: “está moribundo no mundo inteiro e a estupenda progressão econômica da América do Norte, da Alemanha, da Rússia e da Itália, devida unicamente ao apoio e proteção à *outrance* dada por essas nações às suas indústrias, tornou indiscutível a vitória do protecionismo”<sup>32</sup>.

Além disso, defensores da economia agrária acusavam os industrialistas de serem os responsáveis pela carestia e pela baixa qualidade dos produtos manufaturados provenientes da indústria nacional. Isso em parte pode ser explicado pelo elevado custo da matéria-prima<sup>33</sup> importada pela indústria nacional. Para se ter uma ideia, a verba destinada à aquisição da *matéria-prima* representa, em geral, mais de 50% de todas as despesas feitas nas fábricas. Em números proporcionais, os gastos atingem coeficiente máximo nas indústrias de alimentação

(80,6%) e o coeficiente mínimo nas indústrias da produção e transmissão de forças físicas (9,5%), como aponta o Censo Industrial de 1º de Setembro de 1920<sup>34</sup>

Por meio desses dados, podemos inferir que o setor industrial mais sensível que podia exercer pressão nos preços de gêneros de primeira necessidade era aquele ligado ao ramo alimentício, no qual o custo chegava aos 80% da cadeia produtiva do setor. Outro importante fator que figurava no preço final das mercadorias era a energia. Em 1907, a energia térmica representava 73% da geração de energia dirigida à indústria brasileira, apesar do crescimento registrado na produção e desenvolvimento da capacidade da energia termelétrica, que saltou de 52 kw de capacidade em 1883 e, por volta de 1890, a 5030 kw de capacidade térmica e hidráulica, atingindo o importante patamar 12.085 kw no ano de 1900<sup>35</sup>.

Apesar das dificuldades encontradas pelos industrialistas na luta pela industrialização do país, fazendo do Congresso Nacional um importante aporte para disseminar suas posições políticas e econômicas, o setor industrial também reconhecerá a contribuição de seus adversários quando “defendem-se cuidadosamente de serem contrários à proteção às nossas indústrias, declarando apenas querer fazer entre elas uma seleção e opondo-se a exagerada proteção, que reputam de nocivas consequências”<sup>36</sup>.

O industrial Jorge Street procurava defender a conciliação dos interesses da indústria com os do Tesouro Nacional, argumentando que, diferentemente daquilo que é defendido pelos partidários do livre cambismo, as taxas de câmbio mais altas não são as vilãs da redução de arrecadação de receitas das importações. Assim, segundo Street, “se o aumento geral da tarifa fosse tal que dele resultasse a quase cessação da importação estrangeira, a renda alfandegária baixaria de forma correspondente. Não é, porém, isto que tem se dado entre nós”<sup>37</sup>.

Continua sua linha de raciocínio argumentando que, até 1895, havia um marco de proteção nas tarifas praticadas nas importações, com o sistema dos adicionais compensatórios, tendo como finalidade contrabalançar a baixa do câmbio. Entretanto, a partir de 1896, esses adicionais foram incorporados às taxas tarifárias, elevando-as substancialmente e dificultando a vida da indústria nacional

No manifesto da Associação Industrial do Brasil – dirigida por Antônio Felício dos Santos –, de 1881, fica claro o clamor dos industriais brasileiros na defesa do mercado nacional ante a concorrência das mercadorias inglesas, reclamando do governo medidas que protegessem os interesses nacionais da indústria: “enquanto o Brasil não se reger pelo sistema protetor, a Inglaterra continuará a explorar-nos como consumidores”. Nessa mesma ocasião, o *Jornal do Commercio* de 11 de dezembro de 1912 publicava o parecer de seu correspondente inglês no Rio de Janeiro, que, com muita naturalidade e

ironia, expressava sua aprovação a respeito da política adotada pelo governo brasileiro, que beneficiava os produtos ingleses: “nada sabemos da política interna do Sr. Saraiva, mas não podemos deixar de aplaudí-lo com entusiasmo depois da sua declaração de antiprotecionista”. Os argumentos liberais contrários ao protecionismo alfandegário e ao intervencionismo estatal a favor do livre cambismo aduaneiro e apontavam para o futuro do Brasil o caminho econômico que lhes parecia melhor.

Como podemos notar, há um claro delineamento da disputa política levada pelo setor industrial brasileiro na defesa de um mercado de consumo que viesse a estimular a indústria nacional, em que “a produção para o consumo, ao menos, é uma noção de economia elementar”<sup>38</sup>. Essa também será a posição política do Centro Industrial do Brasil contra medidas governamentais que viessem a prejudicar o lento processo de consolidação dos mais diversos ramos da indústria nacional. Essa posição indica o papel de destaque que essa entidade assegurava para si nessa primeira fase da luta em defesa da industrialização do país, denunciando a ilegalidade de inúmeros produtos estrangeiros que entravam no Brasil de forma irregular, além de lutar por uma taxa de câmbio correspondente aos interesses da indústria local. Assim, a primeira geração de industrialistas protagonizou uma atuação marcada pelo pragmatismo exigido pelo momento<sup>39</sup>.

A partir de 1920, já refletindo a atuação de uma segunda geração de empresários do ramo industrial, tendo à frente Roberto Simonsen, Otávio Pupo Nogueira, Carmello D’Agostini, Euvaldo Lodi, João Daudt d’Oliveira e Pereira Inácio, as preocupações com a indústria se voltam para os problemas mais gerais, buscando teorizar e proporcionar uma maior dimensão às suas reivindicações como patronato industrial, procurando até lutar a favor de um planejamento da economia, aspecto que marcará sua atuação durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Na mesma proporção do crescimento da atividade industrial no país, principalmente no sudeste, novos segmentos de representação patronal se constituíram, apesar de suas limitações, como aponta Marisa Saenz Leme (1978, p. 10). A organização de entidades industriais na década de 1920 encontrava-se, segundo ela, em seu estágio mais atrasado “pelo fato de se constituírem em associações civis dos empresários de um mesmo setor fabril, que se limitam, geograficamente, apenas a um único município, ou no máximo, a um único Estado”.

No decorrer da década de 1920, novas representações patronais irão surgir, visando à defesa dos seus interesses econômicos mais imediatos em relação ao comércio importador, tendo como base as disputas de posições do setor industrial e comercial agrupados na Associação Comercial de São Paulo (ACSP) até maio de 1928. Por conseguinte, a crise que o setor viveu entre

1924 e 1925, em decorrência dos conflitos militares no Sudeste do país e do fato de o mercado nacional ser inundado por tecidos estrangeiros, sobretudo ingleses, afetou diretamente a produção industrial, sobretudo nas indústrias do estado de São Paulo e Rio de Janeiro. Daí o constante apelo dos fabricantes de tecidos para que o governo impusesse aumentos tarifários aos produtos ingleses. Em janeiro de 1928, em face da defesa dos genuínos interesses dos industriais, esses rompem com a ACSP e fundam a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

A burguesia industrial era, assim, às portas da Revolução de 1930, um setor social com um peso na economia muito inferior ao setor agroexportador. Possuía, entretanto, uma dimensão que lhe possibilitava expressar seus interesses na esfera governamental. Foram fundados inúmeros centros regionais durante os anos de 1920 e afirmou-se uma liderança empresarial, cujas figuras que mais se distinguiram foram Roberto Simonsen, em São Paulo, e Euvaldo Lodi e Vicente Galliez, no Rio de Janeiro. Assim, além de uma força que objetivamente marcava sua presença na realidade nacional, os industriais construíram maior coesão na defesa dos seus interesses, organizando suas demandas em entidades de classe recém-fundadas<sup>40</sup>.

Todavia, como resposta às entidades de classe do operariado grevista, efetivamente mais organizado, com 368 entidades espalhadas pelo território nacional, o empresariado impulsionará a abertura de novas entidades de representação industrial também para medir forças com essas inúmeras associações proletárias<sup>41</sup>. Muito além da elaboração de um discurso normalizador voltado ao setor industrial, as entidades de representação empresarial corriam atrás do “tempo perdido”, aprimorando politicamente sua atuação num cenário marcado pelos conflitos entre capital e trabalho. O Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), fundado em 1928, a partir da alteração de seus estatutos, deixava de ser apenas uma associação civil passando a denominar-se Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), através do Decreto Federal 19.770, de 1931.

Por sua vez, pelo Decreto-Lei nº 1.402, de 5 de julho de 1939, a FIESP será reconhecida pelo Estado por meio do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. E em 11 de maio de 1942 a associação sindical patronal elevou-se a um grau superior do ponto de vista organizacional. Com isso, seu principal objetivo foram a coordenação e proteção das categorias econômicas pertencentes ao ramo da indústria no estado de São Paulo.

Em suma, a defesa da industrialização, além de proporcionar o aumento da riqueza geral do país, aceleraria o ingresso deste na civilização moderna, proporcionando maior independência à economia nacional, reduzindo o impacto das flutuações econômicas do mercado internacional. Simultanea-

mente à defesa de autonomia dos industriais paulistas do ponto de vista organizativo, a indústria tornou-se defensora, através do seu mais ilustre representante, da ideia de que, conforme Simonsen, a “redenção da Nação” passava pelo desenvolvimento industrial e pela superação da agroexportação.

Apesar de o surgimento de novas entidades ter possibilitado maior dinamismo nas decisões de interesse da indústria, a organização dos empresários industriais nacionalmente ainda era muito limitada. Até 1930, ao que tudo indica, não havia nenhum órgão que representasse o empresariado industrial brasileiro. A atuação conjunta dos industriais se realizava somente no plano regional de cada estado, uma vez que se encontravam mais integrados à fração dominante da burguesia agrária local do que propriamente aos representantes de outros estados. Careciam, efetivamente, de uma visão mais global dos problemas oriundos do crescimento da indústria brasileira.

Entretanto, a defesa do ponto de vista da industrialização nas políticas de Estado encontrou, na década de 1930, a atuação de um empresariado bem mais ativo do que nos anos que antecederam a Revolução de 1930, pois o governo federal progressivamente assumia a bandeira da industrialização, que, tal como enunciado por Simonsen em 1928, passava a ser associada à própria construção da nacionalidade. Por fim, cabe lembrar que os patrões da indústria ocupam um papel determinado no processo de produção e de reprodução ampliada do capital que os vincula de maneira indissociável à classe dos capitalistas. Assim, esse pertencimento não é definido por uma relação de natureza jurídica de propriedade, mas sim pelo lugar ocupado nas relações de produção<sup>42</sup>. Lugar esse que vê seu estímulo nas políticas modernizantes adotadas pelo Governo de Getúlio Vargas no transcorrer dos anos 1930.

## Considerações finais

Por não haver contradição, quando sim, pontual, entre a burguesia industrial e a agrária no Brasil, podemos sugerir que os interesses dos industriais estavam relativamente integrados à dinâmica de dominação exercida pelo setor agrário, antes e depois de 1930. A fração industrial da burguesia assimilou boa parte das diferenças que existiam no bloco de poder burguês. A partir de 1930, a burguesia industrial começa a ganhar canais mais autônomos de representação e amplia sua influência sobre as políticas gestadas pelo Estado por meios institucionais. Embora sem força suficiente para dirigir diretamente o conjunto do aparelho estatal, o projeto de classe da burguesia industrial obteve forte expressão nas políticas públicas gestadas no governo Vargas. Os conselhos e comissões técnicas, compostos por representantes dos sindicatos e associações

patronais, ganhavam novos espaços de representação, constituídos como mecanismos corporativos por excelência. Através desses mecanismos institucionalizou-se a participação dos grupos de interesse do capital na máquina do Estado e nas definições da política pública.

A ausência de uma política industrializante e integrada durante as primeiras décadas do século XX encontrava complemento no caráter limitado das reivindicações formuladas pelos representantes da indústria. Estas, via de regra, concentravam-se em exigências de medidas protecionistas tarifárias (impostos mais altos sobre produtos importados similares aos produzidos no país) e não atingiam a industrialização interna. Expressiam, no melhor dos casos, uma parcialidade, na medida em que se referiam a produtos específicos de interesse de uma área particular da burguesia industrial e não ao conjunto de toda uma classe. Opondo, em muitas ocasiões, interesses de um grupo industrial aos de outros, esse elemento revela que, longe de uma atuação coesa, os patrões da indústria defendiam interesses econômicos específicos. Esses obstáculos, muitas vezes, os colocavam diante de dilemas conjunturais que dificultavam alianças de classe mais duradouras contra outros setores da própria burguesia.

## RESUMO

Na segunda metade do século XIX, o Brasil experimentou algumas importantes transformações econômicas e sociais; a principal delas foi a implantação do capitalismo. Em São Paulo, com o surgimento de um mercado de consumo crescente proveniente das atividades cafeeiras, proporcionando crescimento urbano e econômico de inúmeras cidades do interior do estado e do incremento de diversos núcleos urbanos ao longo das vias férreas, a importância econômica de abastecê-los apoiando-se na fabricação de produtos locais ampliou a base da indústria paulista. Ao mesmo tempo, a elaboração de um pensamento econômico em defesa da atividade industrial como ideal de progresso social e econômico também se tornou presente.

## PALAVRAS-CHAVE

Industrialização; empresariado; burguesia; capitalismo; mercado.

*Industry and industrial thought in the First Republic*

## ABSTRACT

In the second half of the 19th century, Brazil underwent some important economic and social transformations; the main one was the capitalism implantation. In São Paulo, with the emergence of a growing consumer market from coffee activities, providing urban and economic growth in many country side cities of the state and the increase of several urban centers along the railways, the economic importance of supplying them relying on the manufacture of local products has broadened the basis of São Paulo industry. At the same time,

the elaboration of an economic thought in defense of the industrial activity as a social and economic progress ideal also became present.

## KEYWORDS

---

Industrialization; business; bourgeoisie; capitalism; market.

## NOTAS

---

1. Mestre e doutorando em História Econômica pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Contato do autor: ersilveira@usp.br

2. Quando os próprios fazendeiros não estavam diretamente na hegemonia do poder de Estado: “Não foi por acaso que o famoso *funding loan*, elaborado pelos banqueiros de Londres, tenha sido assinado pelo governo de Campos Sales e sua preparação se tenha dado no governo anterior, de Prudente de Moraes, tendo como Ministro da Fazenda Bernardino de Campos, ou seja, representantes típicos da lavoura cafeeira. (...) lembrando que ‘Campos Sales era fazendeiro, casado com herdeira de fazenda, filho e neto de fazendeiros de Campinas’ (LIMA: 1976, p.91).

3. Num libelo em defesa da nascente indústria nacional, com uma série de medidas protecionistas, Serzedelo Correia, em 1903, já com um currículo vasto de homem de Estado, defendia a redução das remessas de lucros para o exterior, proteção tarifária às indústrias nacionais nascentes, nacionalização da mineração, abolição dos impostos interestaduais, melhoria do sistema de transporte. Dentre outros, cita a política de nações mais desenvolvidas industrialmente: “Escutai Robert Peel, no parlamento: ‘o ferro e o carvão são os nervos da indústria e nos dão vantagens sobre todos os povos nas lutas da indústria manufatureira’; e adiante: ‘o livre câmbio foi para a Inglaterra uma reforma inspirada no interesse nacional’, (...) é a Inglaterra mesma, diante do progresso industrial dos Estados Unidos e da Alemanha, que lhe disputam mercados por toda a parte, quem agita modernamente pela palavra de Chamberlain a necessidade de uma política comercial de defesa para a sua produção” (CORREIA: 1980, p. 137).

4. A chegada da modernidade capitalista em São Paulo teve na máquina a vapor um representante à sua altura e o sociólogo José de Sousa Martins captou com maestria os impactos sociais desse momento. Conforme Martins, “[...] com surpreendente rapidez, a ferrovia, saindo do Porto de Santos, deslizou quase de supetão pela íngreme Serra do Mar acima e inundou o planalto com seu tempo próprio, sua velocidade, sua nova espacialidade, a nova mentalidade que disseminava, a da pressa, a do chegar logo, a do não ter tempo[...].O moderno que se arrastava ocultamente se tornou visível, máquina a vapor, equipamento, alterações no espaço, outra linguagem, outro modo de ver e ver-se. Tornou-se de fato o que já era sem poder ser: o tempo regulado pelo custo e pelo lucro” (MARTINS, José de Sousa. *A Aparição do Demônio na Fábrica: origens sociais do Eu dividido no subúrbio operário*. São Paulo: Editora 34, 2008, p.16).

5. CARONE, Edgar. *O Centro Industrial do Rio de Janeiro e Sua Importante Participação na Economia Nacional 1827-1977*. Rio de Janeiro: Editora Cátedra, 1978, p. 16.

6. A geração da Independência do Brasil sofreu forte influência das ideias europeias, como ficou evidente no modelo da Constituição de 1824, confluência de um modelo constitucional clássico com um aspecto, no mínimo, *sui generis* e único, o Poder Moderador, modelo este que também persistiu no Segundo Reinado. (CARONE, op. cit. 1978, p.17).

7. Essa fase, especialmente, é marcada por um debate que vê na “modernização” do campo uma premissa válida para o progresso, em função de “as principais lideranças do movimento ruralista em foco não se terem constituído de representantes da grande cafeicultura paulista, mas sim dos que a ela visavam contrapor seu projeto ‘modernizador’, que em muito diferia daquele elaborado pela facção de classe hegemônica, ainda que ambos partilhassem de certos pressupostos básicos. Dentre estes, destacavam-se os parâmetros de uma avaliação semelhante da realidade agrícola do país, pautada pela noção de *crise* e que, por isso mesmo, impunham atitudes e predisposições comuns, destinadas a regenerar e estender o ‘progresso’ ao campo” (SILVA & SILVA, SZMRECSÁNYI (Orgs): 2002, p. 174).

8. Afirma que “Muitos economistas brasileiros entendem que o Brasil deve ser um Estado puramente agrícola! Eu, Senhores, não posso partilhar essas ideias, eu sou de opinião que em vez de diminuirmos, devemos aumentar, proteger e animar muitos ramos da indústria manufatureira (...), e donde se devem exportar artigos que em pequeno volume montem a um grande capital”. (CARONE: op. cit., 1978, p.47).

9. Diretoria Geral de Estatística, Ministério da Agricultura Indústria e Comércio. *Recenseamento do Brasil de 1920: Indústria*. Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, Volume V, 1927, p. VIII, IX.

10. Idem: Ibidem, Volume V, 1927, p. VIII.

11. Como defendem Warren Dean (1979) e José de Souza Martins (2004).

12. Diretoria Geral de Estatística, Ministério da Agricultura Indústria e Comércio, *op. cit.*, Volume V, 1927, p.VII, VIII.

13. CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. São Paulo: Difel, 1977, p. 226.

14. PRADOJÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1963, p. 266.

15. WALKER, Thomas W, SOUSA, Aguinaldo. *Dos Coronéis à Metrópole: fios e tramas da sociedade e da política em Ribeirão Preto no século XX*. Ribeirão Preto: Ed. Palavra Mágica, 2000, pag.24.

16. HOBBSBAWN, Eric. *A Era do Capital 1848-1875*. São Paulo: Paz e Terra, 15º edição, 2009, pag. 65.

17. Idem, Ibidem, p.66.

18. *Revista de Comércio e Indústria*. São Paulo: 20 mar. 1915, Ano I, nº 2, p. 41.

19. Segundo o Recenseamento de 1920: em 1907, a atividade industrial do estado de São Paulo era de 18.301 cavalos-vapor e representava cerca de 16,75% da força total empregada na atividade industrial brasileira. Já em 1920, registra-se um salto significativo para 100.216 HP, representando 27,6% da potência motriz aplicada na indústria nacional.

Além disso, o recenseamento já apontava São Paulo como estado de maior atividade industrial no Brasil. (Diretoria Geral de Estatísticas, 1927, *op. cit.* p. LXXXVI, LXXXVII).

20. Em 08 de Maio de 1900, a imprensa da capital assim noticiava a inauguração da primeira linha de bonde da cidade: “Ao longo de todo o trajeto, registrou a edição do *O Estado de São Paulo* do dia seguinte, “juntou-se uma enorme multidão, aplaudindo e dando ‘vivas’ a companhia, enquanto os veículos passavam lotados”. *O Correio Paulistano* concedeu enfoque mais amplo à inauguração, observando que fora “um acontecimento da mais alta importância, aqueles que assinalam uma série de grandes melhorias, que a poderosa companhia está para introduzir por aqui. A inauguração assumiu proporções de um grande evento e, de forma extraordinária, agitou a vida da capital. A população em massa correu ansiosa para lugares de onde pudesse apreciar aquele sinal de progresso há tempos desejado”<sup>35</sup>. McDOWALL, Ducan. *Light, A História da Empresa que Modernizou o Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2008, p. 33.

21. LORENZO, Helena Carvalho de, COSTA, Wilma Peres (Orgs.). *A Década de 1920 e as Origens do Brasil Moderno*. São Paulo: Editora Unesp, 1998, p. 165.

22. Idem, *ibidem*.

23. DOWBOR, Ladislau. *A Formação do Capitalismo dependente no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p.127.

24. Num libelo em defesa da nascente indústria nacional, com uma série de medidas protecionistas, Serzedelo Correia, em 1903, já com um currículo vasto de homem de Estado, defendia a redução das remessas de lucros para o exterior, proteção tarifária às indústrias nacionais nascentes, nacionalização da mineração, abolição dos impostos interestaduais, melhoria do sistema de transporte. Dentre outros, cita a política de nações mais desenvolvidas industrialmente: “Escutai Robert Peel, no parlamento: ‘o ferro e o carvão são os nervos da indústria e nos dão vantagens sobre todos os povos nas lutas da indústria manufatureira’; e adiante: ‘o livre câmbio foi para a Inglaterra uma reforma inspirada no interesse nacional’, (...) é a Inglaterra mesma, diante do progresso industrial dos Estados Unidos e da Alemanha, que lhe disputam mercados por toda a parte, quem agita modernamente pela palavra de Chamberlain a necessidade de uma política comercial de defesa para a sua produção” (CORREIA: 1980, p. 137).

25. BARBOSA, Rui. “Relatório do Ministro da Fazenda”. In *Obras Completas*, vol. XVIII, 1891, t.II, Rio de Janeiro, 1949, vol.II, p, 125.

26. LIMA, Heitor Ferreira. *Três Industrialistas Brasileiros*. São Paulo, Editora Alfa Omega, 1976, p.164.

27. Por outro lado, esses setores identificados com a defesa da cafeicultura relativizavam suas posições políticas afirmando que “a lavoura nunca fora propriamente contrária ao desenvolvimento industrial do país, preferindo, contudo, que ele se processasse lentamente para que não viesse agravar os problemas de falta de capitais e mão de obra que afetavam as atividades agrícolas. Era, além disso, particularmente contrária a uma política protecionista que prejudicasse o consumidor” (LUZ: 1975, p. 61).

28. Segundo o economista Russo Nikolai Bukharin, “o imperialismo, a fase mais alta do

desenvolvimento capitalista, aumenta imensamente as forças produtivas da economia mundial, dá ao mundo inteiro a sua própria imagem e arrasta todas as colônias, todas as raças, todas as pessoas para o interior da esfera da exploração financeira do capitalismo. Ao mesmo tempo a forma monopolista do capital desenvolve cada vez mais os elementos de degeneração e degradação parasitária [...] Neste processo, o imperialismo cria um tipo de Estado rentista, parasitário e decadente e extratos inteiros de acionistas parasitas que vivem de dividendos (BUKHARIN: 1928 *apud* HEILBRONER, 1996, p. 188).

29. PRADO JÚNIOR, *op. cit.*, 1963, p. 285.

30. HARDMAN, FOOT, LEONARDO, Victor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Ática, p.81.

31. Edgar Carone anota, no entanto, que esse pragmatismo ideológico da classe produtora também era uma forma de expressão *teórica*, pois buscava valorizar questões de suma importância em defesa da indústria, como, por exemplo, o problema tarifário (*apud* CARONE, 1978, pgs.162-227 ).

32. Há um intenso debate defendido pelo Centro Industrial do Brasil condenando a liberdade do câmbio como uma medida de fundamental importância para o desenvolvimento industrial e dos interesses do Brasil. São flagrantes, nesse debate, os ataques sofridos pelos defensores do controle cambial, àqueles ligados a exportação de artigos tropicais, contra o anteprojeto do Deputado João Luís Alves. O também empresário Vieira Souto, dessa primeira geração, assumiu a sua defesa com entusiasmo, contudo, como já foi mencionado aqui, o projeto foi desfigurado e, posteriormente (1907), deixado de lado (*idem*: *Ibidem*, 309).

33. Não era descabida a defesa do setor industrial de taxas de câmbios mais baixas: ante a necessidade de insumos para a indústria, seu preço final não era competitivo se comparado com os similares vindos de fora, um dilema que a indústria nacional viria a enfrentar em diversas etapas ao longo de seu desenvolvimento econômico.

34. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil de 1920: Indústria*. Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, Volume V, 1927, p. CXV.

35. McDOWALL, Ducan, *op. cit.*, p. 33.

36. MORAES FILHO, Evaristo. *As Ideias Sociais de Jorge Street*. Brasília-Rio de Janeiro: Senado Federal, 1980, p. 129.

37. *Idem*, *ibidem*, *op. cit.*, p. 135.

38. *Jornal do Comércio*, 11/12/1912.

39. MORAES FILHO, *op. cit.*, p. 81

40. BIANCHI, Alvaro. *Hegemonia em Construção: a trajetória do PNBE*. São Paulo: Xamã Editora, 2001, p. 35.

41. LEME, Marisa Saenz. *A Ideologia dos Industriais Brasileiros 1919-1945*. Petrópolis, Vozes, 1978, pgs. 10-11.

42. BIANCHI, Alvaro. *op. cit.*, p.31.